

## AUTORIDADE MONETÁRIA

## CCJ aprova autonomia do BC

Governo é contra independência plena do Banco Central. Pix público e gratuito pode virar artigo da Constituição

» ALÍCIA BERNARDES

Geraldo Magela/Agência Senado



Para o relator Plínio Valério, PEC assegura "autonomia plena" ao BC e garante que Pix "jamais será taxado"

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que amplia a autonomia institucional do Banco Central (BC). A proposta garante independência administrativa, orçamentária e financeira à autoridade monetária e a transforma em entidade pública de natureza especial, sem vinculação a qualquer ministério ou órgão da administração pública federal. O texto também constitucionaliza o Pix, assegurando sua gratuidade para pessoas físicas e proibindo a privatização ou transferência de gestão do sistema de pagamentos para qualquer entidade que não seja o próprio Banco Central.

A aprovação ocorreu em votação simbólica e representa uma das principais derrotas do governo na CCJ neste ano. Embora tenha sido aprovada no colegiado, a matéria ainda precisará passar por dois turnos de votação no plenário do Senado antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados. A base governista atuou para adiar a discussão da proposta e apresentou sugestões de alteração ao texto, mas nenhuma delas foi acolhida pelo relator, senador Plínio Valério (PSDB-AM).

O principal ponto de divergência entre o Palácio do Planalto e o relator está na definição jurídica do Banco Central. O parecer aprovado estabelece que a instituição será uma "entidade pública de natureza especial", um modelo inédito no ordenamento brasileiro. Na prática, a mudança permite que o BC tenha mais autonomia para gerir seu orçamento, realizar concursos públicos, contratar servidores e administrar sua estrutura

sem depender de autorizações do Poder Executivo.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou uma emenda para que o BC permanecesse como autarquia federal de natureza especial. Segundo ele, a proposta preservaria a autonomia da instituição sem romper totalmente seus vínculos com a administração pública. O senador argumentou ainda que, mesmo com autonomia financeira, eventuais prejuízos da autoridade monetária continuariam sendo cobertos pelo Tesouro Nacional, o que justificaria uma maior participação do governo na supervisão institucional.

Segundo o parlamentar, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, solicitou mais tempo para

construir um entendimento em torno do texto antes da votação em plenário. Apesar da divergência, o líder governista sinalizou disposição para negociar ajustes nas próximas semanas.

Plínio Valério, por sua vez, rejeitou integralmente a proposta. Para o relator, a classificação defendida pelo governo impede que o Banco Central conquiste autonomia administrativa plena. Segundo ele, a necessidade de autorização do Ministério da Gestão para concursos e contratações manteria a instituição subordinada ao Executivo.

#### Pix blindado

Um dos pontos que mais chamaram atenção no relatório

aprovado ontem foi a inclusão do Pix na Constituição Federal. O sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central tornou-se recentemente alvo de debates políticos e chegou a ser incluído pelo governo dos Estados Unidos nas justificativas para a imposição de tarifas sobre produtos brasileiros. Diante desse cenário, o relator decidiu elevar o mecanismo ao status constitucional.

Pelo texto aprovado, o Pix passa a ser considerado um instrumento permanente do sistema financeiro nacional. A proposta garante que pessoas físicas continuem utilizando o serviço gratuitamente e impede qualquer forma de privatização, concessão ou terceirização da plataforma. A gestão

do sistema permanecerá exclusivamente sob responsabilidade do Banco Central.

"O cidadão comum pode ter a certeza de que jamais será taxado. O Pix, agora, passa a ser um patrimônio protegido pela Constituição brasileira", declarou o relator, na reunião da comissão. A proposta recebeu apoio de entidades representativas do corpo técnico do Banco Central.

Em nota, a Associação Nacional dos Auditores do Banco Central (ANBCB) avalia que a aprovação da PEC representa um passo decisivo para o fortalecimento institucional da autoridade monetária. A entidade sustenta que a autonomia financeira permitirá preservar serviços essenciais, ampliar a capacidade de inovação do sistema financeiro e assegurar recursos humanos e tecnológicos adequados para o funcionamento do BC. Dados do próprio Banco Central mostram que o número de servidores caiu de 5.072 para 3.311 nos últimos 20 anos.

Por outro lado, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) mantém posição contrária à mudança do regime jurídico proposta pela PEC. A entidade argumenta que a proteção do Pix e da atuação técnica do BC depende, justamente, da preservação de sua condição de autarquia pública. Após a votação, o sindicato avaliou que a emenda apresentada por Jaques Wagner oferecia uma solução equilibrada para ampliar a autonomia financeira sem expor a instituição a riscos de captura por interesses privados.

Após a aprovação na CCJ, o texto seguirá para o plenário do Senado. A expectativa inicial era que a votação ocorresse ainda nesta semana, mas um acordo político acabou adiando a análise.

## FIM DA 6X1

## Redução da jornada à espera de Alcolombre

» DANANDRA ROCHA

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas aguarda um movimento decisivo do presidente do Senado, Davi Alcolombre (União-AP), para dar início à tramitação na Casa. Aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de maio, a matéria permanece sem despacho formal para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, primeira etapa do rito congressual.

Nos corredores do Congresso, parlamentares admitem que a demora alimenta especulações sobre uma possível estratégia de Alcolombre para adiar a discussão de um tema considerado sensível eleitoralmente e de forte apelo popular. O senador Efraim Filho (PL-PB) disse que conversou recentemente com o presidente do Senado, que sinalizou a intenção de encaminhar a PEC à CCJ nos próximos dias.

"Conversei com ele para procurar saber, e ele me disse que estava avaliando despachar para a CCJ nesta semana ou na próxima", disse o parlamentar da oposição.

A indefinição ocorre em meio a pressões de diferentes setores políticos e econômicos. Nos bastidores, senadores relataram ao **Correio** insatisfação com o cancelamento de última hora de uma reunião que ocorreria nesta semana entre lideranças e Alcolombre para discutir o tema. Segundo uma fonte próxima ao presidente do Senado, a decisão surpreendeu os parlamentares, que aguardavam uma definição sobre os próximos passos da proposta.

# DIÁRIOS ASSOCIADOS

# 3º MAIOR PRODUTOR DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO DO BRASIL



Com presença digital e alcance nacional, os **Diários Associados** ocupam a **3ª posição** no ranking **Comscore News Information de abril/26\***, atrás apenas de Globo Notícias e MSN e à frente de grandes grupos de mídia do país.

**DIÁRIOS ASSOCIADOS**

**CORREIO BRAZILIENSE**